

**O TEMPLO E A FORÇA  
E SUAS INSCRIÇÕES FICCIONAIS  
NA HISTÓRIA E NA LITERATURA DO ESPÍRITO SANTO**

Arnon Tragino  
Mestre em Letras – Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Em *O templo e a força* (1999), romance de Luiz Guilherme Santos Neves, observamos que há uma transdiscursividade entre obra, autoria e literatura. Trata-se de um relato que reescreve uma revolta de escravos: a Insurreição do Queimado. Ocorrida na freguesia de São José do Queimado, no Espírito Santo em 1849 (essa região, hoje desabitada, faz parte do município da Serra), o levante se estendeu pelos dias 18 e 19 de março daquele ano. Foram apenas dois dias, mas que tiveram visibilidade o suficiente para preocupar toda a província. Na obra em questão, podemos ver a observância da trajetória dos negros para o, e no, conflito. O narrador descreve as cenas cotidianas dos cativos, dos seus senhores, das ações dos envolvidos no ambiente do Queimado e, ainda, a sua própria preocupação como observador da revolta. Assim, neste trabalho, iremos mostrar esse arranjo textual que pode ser visto em três vieses: a) a ficcionalização historiográfica, que conduz a progressão narrativa do romance; b) a autoria de Luiz Guilherme Santos Neves, que se aproxima de outros dois autores; e c) a Literatura do Espírito Santo, meio pelo qual todo esse processo transcorre. Nesta pesquisa, então, optamos principalmente pelos estudos de Michel de Certeau, Wolfgang Iser, Linda Hutcheon, Roger Chartier, Antoine Compagnon e William Roberto Cereja.

Palavras-chave: *O templo e a força*. Luiz Guilherme Santos Neves. Literatura do Espírito Santo.

Abstract: In *O templo e a força* (1999), a novel written by Luiz Guilherme Santos Neves, we observed that a transdiscursivity among work, authorship and literature. This is a report that rewrites a slave revolt: Queimado Insurrection. Occurred in the parish of São José do Queimado, in Espírito Santo in 1849 (this uninhabited region nowadays is part of the municipality of Serra), the uprising spread extended by 18 and 19 March of that year. The uprising lasted only two days, but it had enough to worry about visibility throughout the province. In work in question, we can see the compliance of the trajectory of slaves to/in the conflict. The narrator describes the everyday scenes of captives, their masters, the actions of those involved in Queimado's environment and their own trouble as an observer of the revolt. In this paper, we will show the textual arrangement that can be seen in three bases: a) the historiographical fictionalization, which leads to the narrative progression of the novel, b) written by Luiz Guilherme Santos Neves, who approaches of two other authors; c) the Literature of Espírito Santo, means by which this process unfolds. In this research, we decided mainly by the studies of Michel de Certeau, Wolfgang Iser, Linda Hutcheon, Roger Chartier, Antoine Compagnon and William Robert Cereja.

Keywords: *O templo e a força*. Luiz Guilherme Santos Neves. Literature of Espírito Santo.

## **Introdução**

Dizer o quão fértil é o diálogo de um romance com um episódio da história do Espírito Santo, juntamente com a intenção autoral que o origina e a literatura (local, regional, social, cultural, institucional, etc.) a qual pertence, é a principal proposta deste trabalho. Antes disso, porém, um panorama acerca da obra e desse meio socioprodutivo se faz necessário. Começamos então pelo texto ficcional, que, como produto também histórico, marca a literatura do estado e é apresentado ao leitor como um viés de reflexão sobre uma angústia e uma derrota pouco lembrada no Espírito Santo.

O romance *O templo e a força* (1999), de Luiz Guilherme Santos Neves, narra a Insurreição do Queimado, uma revolta de escravos ocorrida na freguesia de São José do Queimado, no Espírito Santo em 1849 (essa região, hoje desabitada, fica no município da Serra). Considerado o maior conflito armado até hoje no estado, o levante se estendeu pelos dias 18 e 19 de março daquele ano. Foram apenas dois dias, mas que tiveram visibilidade o suficiente para preocupar toda a província. O conflito se iniciou após a revolta de alguns escravos que, ao terminarem de construir a igreja da região, cobraram de frei Gregório José Maria de Bene (religioso responsável pela obra) a alforria que supostamente prometera. Desse mal entendido, investiga-se atualmente, pelas considerações de Rodrigo Simão, em *Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos* (2007), se o frei realmente prometeu a libertação dos negros ou se isso foi apenas um boato. De acordo com Afonso Cláudio, no livro *Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo* (1979), quase 200 negros se envolveram no conflito, mas apenas 41 foram capturados. Entre esses, os líderes: Elisiário, João Pequeno, Carlos, João da Viúva e Chico Prego, sendo que apenas os dois últimos foram enforcados.

Na obra literária, podemos ver a observância da trajetória dos negros para o, e no, conflito. A narrativa é um exercício discursivo em primeira pessoa e heterodiegética acerca de todo o meio social e hostil do levante. O narrador descreve as cenas cotidianas dos cativos, dos seus senhores, das ações dos envolvidos no ambiente do Queimado e, ainda, a sua própria preocupação como observador da revolta. Nesse enredo, a narrativa também apresenta como protagonistas Chico Prego e João da Viúva, que, no cárcere, antes do enforcamento, relembram a história da construção da igreja, assim como os dizeres do frei Gregório de Bene e da maldade do ex-capitão do mato, Rodrigues Velho. A maior parte do romance é a narrativa das lembranças dos dois negros que muito refletem sobre a má sorte que tiveram ao promover a revolta. A primeira parte de nossa análise, assim, será voltada ao entendimento do texto literário, dos processos da narrativa e de seus pontos de contato com a história.

O resgate estético desse diálogo e dessa injustiça é garantido pela autoria de Luiz Guilherme Santos Neves: historiador, advogado e escritor no Espírito Santo. Como ex-professor universitário do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sua dedicação em criar obras literárias se dá no campo dos romances históricos, principalmente na abordagem da história pela literatura. Sua produção artística sob essa perspectiva se iniciou nos anos de 1970, quando publicou a peça teatral *Queimados: documento cênico*, em 1977. Daí em diante foram produzidas diversas outras obras, como: *A*

*nau decapitada* (romance histórico, de 1982), *As chamadas na missa* (romance histórico, de 1986), *Crônicas da insólita fortuna* (crônicas históricas, de 1998), *O templo e a força* (romance histórico, de 1999), *O capitão do fim* (romance histórico, de 2002), *Cidadilha: crônica inverossímil de uma cidade inexistente* (crônicas históricas, de 2008) e, mais recente, *Memória das cinzas: encontro póstumo com Fernão Ferreiro com ilustrações imaginadas à Gustave Doré* (romance histórico, de 2009).

Pela brevíssima biografia e bibliografia, a demarcação do projeto literário do autor pode ser percebida no âmbito de sua produção: a preocupação em reverter os olhares da história oficial sobre os acontecimentos marcantes no Espírito Santo; o nivelamento da linguagem de suas obras em forma de retratação aos vencidos do passado aponta a perspectiva humanitária de sua literatura. Ao passo que houve consequências negativas por uma ação humana detentora do poder, Luiz Guilherme retira, do registro histórico dessa ação, material temático relevante para projetar em suas obras literárias uma revisão do próprio registro, e, por relação narrativo-discursiva, o próprio acontecimento. Em se tratando da Insurreição do Queimado, outros autores também se dedicaram ao tema, e produziram obras literárias de grande fôlego. Este é o caso de João Felício dos Santos (autor de *Xica da Silva* [1976]), que escreveu *Benedita Torreão da Sangria Desatada* (1983) e Teodorico Boa Morte, autor serrano que publicou *Insurreição do Queimado em poesia de cordel* (2011). Também será essa uma de nossas propostas de análise neste artigo: pensar como ocorre a produção literária de Luiz Guilherme Santos Neves e desses outros autores, investigando suas temáticas, suas presenças e importâncias no cânone do estado e seus projetos estéticos.

Esse “humanitarismo” na literatura do Espírito Santo se resvala não apenas nos romances de Luiz Guilherme Santos Neves, como também pode ser visto em boa parte da literatura produzida no estado. Isso ocorre porque a colocação histórica dessa literatura, sempre chamada de “periférica”, engaja os autores numa causa nacional: a busca pela identidade local. Desde os primeiros esboços desse projeto no século XIX, o Espírito Santo, perdendo espaço na economia ao longo do tempo para os estados vizinhos, buscou acompanhar essa proposta. A literatura feita aqui, herdando valores da arte engajada e nacionalista de outros centros urbanos do país, pôs em pauta a realização desse trajeto: sintetizar um “eu” capixaba ou espírito-santense que pudesse representar a vida social e material que transcorria em sua territorialidade (RIBEIRO, 1996, p. 11). Como veremos, hoje, a crítica literária local repensa essa questão, não se preocupando mais com a formação do

“eu” provedor de identidades, mas relativizando as raízes e/ou matrizes que sustentaram (e ainda sustentam, de forma equivocada) o projeto nacional de criação do Brasil.

O artigo tem como proposta também dar mais um passo para essa relativização: pensar a respeito de identidades e de representações requer indicar a presença controversa do cânone literário. A respeito do Espírito Santo, três textos teóricos abrangem esse ponto, são eles: *A modernidade das letras capixabas* (1993), de Francisco Aurelio Ribeiro, *A literatura brasileira contemporânea do Espírito Santo* (1999), de Deneval Siqueira de Azevedo Filho, e, *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo* (2000), de Reinaldo Santos Neves. Partindo dessas referências, é cabível discorrer sobre questões como: a terminologia “literatura capixaba/do Espírito Santo/no Espírito Santo”, o bairrismo literário, a constituição do cânone na literatura do estado, os autores canônicos, as temáticas e preocupações na criação literária, a própria formação da literatura no Espírito Santo (levando em conta o sistema “autor, texto leitor”), entre outras coisas<sup>1</sup>. O terceiro e último foco desse trabalho será então propor reflexões sobre a literatura aqui construída, e sua relação (amigável ou não, periférica ou não) com outras literaturas do país.

A ordem dessa sequência analítica – a obra, o autor e a literatura – aderida neste artigo, assim, permite uma maior permeabilidade entre os fatores que dialogam para constituir a própria sequência: há inscrições entre *O templo e a força*, Luiz Guilherme Santos Neves e a Literatura do Espírito Santo que perpassam os diversos entendimentos sobre a obra, a difusão social do autor e a manifestação artística da literatura mencionada.

Tomando como horizonte teórico, então, as proposições de Michel de Certeau, Wolfgang Iser, Linda Hutcheon, analisaremos a obra em sua proximidade discursiva com a história. A “canonicidade” de Luiz Guilherme, e dos demais autores que reescreveram a Insurreição, será pensada através da noção de “representação” proposta por Roger Chartier. E, por fim, olharemos para a literatura produzida no Espírito Santo com as lentes críticas de William Roberto Cereja, Linda Hutcheon e Antoine Compagnon.

## **A obra**

*O templo e a força* é um romance já “azarado” em sua produção: levando em conta as palavras do autor na orelha de seu livro, lançado em 1999, o romance foi um exorcismo

---

<sup>1</sup> Optamos pelo uso no artigo de “literatura do Espírito Santo” por ser o termo menos discriminado na historiografia literária recente do estado. Mas em trabalhos futuros pretendemos discutir melhor essa nomenclatura e seu uso.

peçoal de Luiz Guilherme Santos Neves. Após lançar a peça *Queimados: documento cênico* (1977), o autor passa o trabalho de romanceá-la a João Felício dos Santos, que então escreve *Benedita Torreão da Sangria Desatada* (1983). Mas, ainda não satisfeito, e “dedilhando as teclas do computador”, inicia a realização do romance. Depois do desafeto com a máquina, por ter “levado para o beleléu” a primeira versão da história, o autor escreve uma nova versão, sempre se atendo à peça de 1977, e, partindo da monografia de Afonso Cláudio – *Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo* (1927) – que foi reeditada em 1979, e de alguns documentos do Arquivo Público Estadual (ES), Luiz Guilherme constitui *O templo e a força*.

A partir do aspecto local de pesquisas em literatura, o romance possui, assim, uma pequena recepção crítica: constam seis trabalhos já publicados que tratam da obra e sua relevância para o meio acadêmico. A primeira pesquisadora a pensar sobre o livro foi Maria Thereza Ceotto no artigo “História e poesia em *O templo e a força*, de Luiz Guilherme Santos Neves” (2008). Nele Ceotto discorre sobre o modo como o romance preenche os espaços vazios que a história deixa, revelando, para isso, certo teor ora lírico, ora irônico e ora indignado pelas causas da revolta. O segundo trabalho é a dissertação *O romance histórico contemporâneo no Espírito Santo: a poética de Luiz Guilherme Santos Neves – uma apropriação da contextualidade histórica no texto literário* (2010), de Cláudia Fachetti Barros, que analisa a incomunicabilidade entre os personagens na construção da igreja do Queimado, mote que desencadeou a insurreição e o trágico fim dos negros. O artigo “Uma leitura de *O templo e a força*, de Luiz Guilherme Santos Neves: discursividade, persuasão, ironia e polifonia” (2010), de Márcia Barroso Seufetelli e Maria Amélia Dalvi, como terceiro estudo sobre a obra, busca entender as palavras de frei Gregório, religioso que coordenava os trabalhos no Queimado e que conferia autoridade, pelo seu discurso, às condições sociais e culturais dos envolvidos na construção do templo. Isabela Basílio de Sousa Zon defende em 2011 uma outra dissertação, agora especificamente sobre o romance: *O templo e a força: uma insurreição imaginada a partir da história*. Sousa Zon argumenta que a ficcionalização da historiografia da revolta, através de uma mudança na linguagem (estilo neobarroco – para isso a autora retoma o artigo de Ceotto), é uma forma de reposicionar a verdade sobre o que ocorreu.

De minha própria autoria, dois trabalhos foram publicados acerca do romance nos últimos anos: o artigo *Diálogo histórico-ficcional: O templo e a força e a Insurreição do Queimado* (2010), em que argumento sobre a proximidade do texto de Luiz Guilherme com a

monografia de Afonso Cláudio e o artigo *A ficção e a história em O templo e a força – romance de Luiz Guilherme Santos Neves* (2012), onde discorro sobre a construção ficcional da narrativa literária e da narrativa histórica na obra. Junto a esses, um relatório final de iniciação científica, um trabalho de conclusão de curso e um projeto de mestrado, tendo por base o romance, também foram feitos, e, em forma de síntese, apresento a seguir algumas análises.

O ponto de partida para se entender a ficção de *O templo e a força* é o diálogo que a obra carrega com os escritos de Afonso Cláudio sobre a revolta. Nessa troca discursiva, a literatura remodela a história tomando o enredo, os personagens, o tempo, o espaço e a própria narrativa como uma forma de questionar o fato: o que causou a insurreição? Porque houve um levante de escravo “aparentemente” inesperado? É possível pensar apenas na construção da igreja como estopim para o caso? São esses pontos que o romance coloca em cheque, justamente por não serem respondidos pelo trabalho de Afonso Cláudio. O modo lacunar da pesquisa do historiador é justificável se pensarmos na produção historiográfica da época: além da escassez de provas documentais, e da pouca palpabilidade de registro, Cláudio beira à dedução no que tange ao relato do ocorrido. Considerando esse processo de escrita, podemos afirmar que já houve aí um tom ficcional? Sim. Michel de Certeau, em *A escrita da história* (2010), nos ajuda a pensar sobre isso quando argumenta que a historiografia também conta com um jogo simbólico e referencial para dar legitimidade ao fato relatado, isso requer lançar mão de uma estratégia retórica e linguística para demarcar o lugar do historiador (CERTEAU, 2010, p 21). Certamente esse jogo também demarca um processo criador de ficção.

Essa evidência ficcional fica mais clara quando observamos o narrador do romance. A fala narrativa, por vezes confessional, por vezes preocupada em registrar o ocorrido, dá uma voz paternal e historiadora à obra: existe um entrelaçamento de um narrador que trata os negros com afeto, observando atentamente os seus destinos, com um narrador que quer contar uma história trágica, tentando relatar de forma imparcial o fato, com suas causas e consequências. Pensamos dessa maneira sobre o narrador tendo em vista as teorizações de Wolfgang Iser, em *O fictício e o imaginário* (1996). Neste trabalho o teórico interroga os meios pelos quais o texto literário é construído ficcionalmente: os atos de fingir, através de elementos que selecionam e combinam uma realidade, materializam na literatura pontos de abstração que antes estavam fluidos num imaginário disforme (ISER, 1996, p. 13). Este recurso é o que garante a suspensão da descrença por parte do leitor, e a nomeação de *O*

*templo e a força* como um *romance histórico* já nos aponta esse caminho. É válido, portanto, afirmar que a seleção de um narrador “paternal” com um narrador histórico são combinações que dão empatia ao leitor quando este entra num cenário que se ficcionaliza para preencher os espaços vazios da história.

A temporalidade desse cenário no enredo do romance, em relação à publicação deste, também configura um fator para se entender a obra. Da Insurreição do Queimado ao *O templo e a força* se passaram mais de cem anos. Desse modo, como se processa a leitura de um texto contemporâneo que reescreve um ocorrido particular e localizado, passado num recanto do Brasil do século XIX? Para este aspecto de reescritura, é cabível pôr aqui como base teórica as proposições de Linda Hutcheon, em *Poética do pós-modernismo* (1991). Não renegando uma questão biográfica, quando o autor diz que escrever o romance foi um “exorcismo pessoal”, a proposta de dar nova visão aos antigos olhares da história se mostra compreensível quando se observa a conquista que a pós-modernidade concedeu às manifestações sufocadas no passado. Hutcheon propõe que a ironia (assim como o pastiche e o humor) redimensionou o projeto moderno de construção do mundo de boa parte do século XX. E como mecanismo para dar funcionalidade a essa nova dimensão, foi utilizada a *narrativa* para dotar as obras de certa autorreflexão sobre seus princípios de interdiscursividade. Isso é o que a autora chamou de *metaficção historiográfica*: a construção em narrativa de um pensamento atual acerca da ficção, da história e da teoria sobre qualquer objeto, elencando relações de valores, relações políticas e reelaborações discursivas (HUTCHEON, 1991, p. 22). Esta meta de escrita pode ser vista em *O templo e a força*: a mudança de foco da história do Queimado, a dupla voz narrativa e até mesmo o sistemático comportamento dos personagens-protagonistas (Chico Prego, por exemplo) conduzem o romance a um trajeto em busca de justiça, a uma reparação das decisões tomadas, a uma transposição do lado derrotado para o lado que merecia ter vencido. Como dissemos, trata-se de um resgate estético que dá humanidade àqueles que na época não eram humanos.

Enfim, muito ainda poderia ser elaborado sobre a configuração interna do romance. Os rastros deixados e as direções indicadas que coordenam a leitura para a identificação dos três elementos que aqui abordamos esclarecem parte de uma construção maior, de um produto estético que pode trazer à tona ainda diversos entendimentos. O diálogo com a história oficial, as vozes narrativas que se complementam e o traço do discurso pós-moderno que explana sobre uma vontade de justiça aos derrotados do triste relato são algumas possibilidades de interpretação da narrativa. O consequente fim injusto dos negros e o modo desumano como

ceifaram suas liberdades atualmente incomoda a muitos. As próprias autoras dos trabalhos científicos anteriores já partilharam desses caminhos analíticos e dessa perspectiva de abordagem. Por isso se faz necessário ampliar a fortuna crítica do romance, tendo em vista o exorcismo (não só pessoal, mas social) dessa antiga questão.

## **A autoria**

No artigo “O mundo como representação” (1991), Roger Chartier desenvolve análises sobre como pensar a história e suas vertentes mais atuais. Partindo da crise dos anos de 1980, que abarcou as ciências sociais e parte das ciências humanas, no que dizia respeito a seus objetos de estudo, o pensador francês chega à questão das representações coletivas, e das identidades sociais, e argumenta que, na teoria clássica do signo, observar algo representativo, que contemple a caracterização do objeto representado, é presentificar uma imagem desse objeto e apagar sua materialidade (p. 184). Essa teoria, porém, apontava também algumas incompreensões: a falta de preparação do leitor/observador que poderia não identificar as convenções que dariam sentido à representação, e o exagero em afirmar uma existência predeterminante de arbitrariedade entre significante e significado, que questionaria as condições de produção tanto do objeto quando da sua representatividade (p. 185). Dando um novo olhar a essa questão, e partindo exatamente desses pontos incompreendidos na teoria mencionada, Chartier reflete que a possibilidade de um despreparo do leitor, assim como uma dúvida acerca da condição de existência de um objeto por conta de uma arbitrariedade indevida, condiciona uma relação de representação que é atualizada pela imaginação, fazendo com que o signo se torne um índice para assegurar uma realidade “inventada”, que pode fabricar relações de poder (p. 186), no âmbito de uma interpretação textual, por exemplo.

Entendendo, então, que a literatura se nivela assumidamente por esses processos, como refletir sobre uma representação literária que se firma em um discurso sobre a história (que possui representações, digamos, menos diluídas)? Para que alcancemos o intuito de entender a autoria por trás de *O templo e a força*, faz-se evidente, então, que precisamos entender a(s) autoria(s) em torno da Insurreição do Queimado, e sua carga representativa tanto na história quanto na ficção.

Historiograficamente, a primeira representação contundente e relevante da Insurreição ocorre com Afonso Cláudio<sup>2</sup>. Como dissemos, seu livro *Insurreição do Queimado* ([1979] – 1884), resgatou do esquecimento capixaba o que teria sido a maior revolta armada do estado. De acordo com o historiador Estilaque Ferreira dos Santos, em artigo na revista *Sesquicentenário do nascimento de Afonso Cláudio* (2009), Cláudio, declaradamente abolicionista em sua formação e herdeiro dos ideários de João Clímaco (velho amigo de Cláudio, foi o religioso que participou do julgamento dos cativos, pedindo punição para frei Gregório pela responsabilidade do evento, e absolvição para os escravos), sentia apreço pelo pensamento liberal, republicano e cristão, personalidade que impulsionou a escrita da monografia. Esta, apesar dos percalços históricos, contou veladamente com o relato de Carlos, um dos líderes do movimento, que, pelas considerações de Luiz Guilherme nas notas da reedição, estava vivo e foi um dos primeiros depoentes de Afonso Cláudio<sup>3</sup>. A partir desse ponto, cabe aqui uma observação metodológica: em que medida a representação da transformação desse depoimento em relato, e do relato em historiografia, poderia influenciar na posterior ficcionalização de todo levante?<sup>4</sup>

Para preencher as lacunas da história, e dar novo tom de voz a esse relato “oficial” que conta a história da Insurreição, temos especificamente quatro obras literárias de maior fôlego: *Queimados: documento cênico* (1977), peça teatral de Luiz Guilherme Santos Neves; *Benedita Torreão da Sangria Desatada* (1983), romance de João Felício dos Santos; *O templo e a força* (1999), romance de Luiz Guilherme Santos Neves e *Insurreição do Queimado em poesia de cordel* (2011), cordel de Teodorico Boa Morte. Estas quatro obras, até o momento, são as únicas que se aproximam de forma temática, e, em partes, estilística, da versão historiografada da Insurreição, formando, assim, um acentuado *corpus* ficcional que, possuindo um preponderante valor estético, auxilia na própria compreensão da história. Como

---

<sup>2</sup> Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1859-1934), comumente citado apenas como “Afonso Cláudio”, foi o primeiro governador do Estado do Espírito Santo na República Velha. Estudou direito na Faculdade do Recife e lá sofreu forte influência abolicionista dos seus companheiros de estudos. Retornando ao Espírito Santo em 1883, em 1884 deu por concluída a sua monografia: *Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo*, que foi editada e publicada posteriormente em 1927. Neste artigo utilizamos a reedição da obra feita por Luiz Guilherme Santos Neves, de 1979.

<sup>3</sup> Estilaque Ferreira dos Santos ainda argumenta que além de possivelmente promover o encontro entre Cláudio e Carlos, João Clímaco poderia ter participado da fuga dos cativos na prisão, que incluía também Elisiário e João Pequeno. Infelizmente nada pôde fazer quanto à sentença de morte na força de Chico Prego e João da Viúva.

<sup>4</sup> É fundamental dizer que, antes e depois de Afonso Cláudio, outros historiadores também se preocuparam com a Insurreição: os anteriores a Cláudio não deram a devida atenção à revolta, apenas citaram de modo insignificante ou resumista o ocorrido em seus trabalhos; Estilaque Ferreira (2009) cita os nomes de: José Marcelino P. de Vasconcellos (1858), Brás Rubim (1861), Misael Pena (1878), Cezar A. Marques (1878) e Basílio Carvalho Daemon (1879). Já os posteriores a Cláudio usaram seu trabalho como base, são estes: Francisco Eugênio de Assis (1948), Wilson Lopes de Resente (1949) e Lavínia Coutinho Cardoso (2008).

partimos do romance de Luiz Guilherme para desenvolver nosso trabalho, vejamos agora o processo construção formal das outras três obras.

Em diálogo com o levante, a peça teatral *Queimados: documento cênico* (1977), de Luiz Guilherme, aborda as ações insurrecionárias dos principais envolvidos no conflito. Além dos líderes, frei Gregório de Bene também é exposto como personagem: na peça ele é apontado como um dos causadores do levante. Em quatro atos, os acontecimentos se sucedem já no momento de batalha, Elysiário (grafado com y) e os demais estão na frente da igreja protestando pela alforria, enquanto que frei Gregório, às pressas, tenta acalmar e evacuar do templo os fiéis apavorados. Do início conturbado à cena final, o foco que se dá ao texto é nos insurgentes e sua luta vital pela liberdade. É possível inferir disso a postura pró-abolicionista da obra, onde há uma emergência em tratar ficcionalmente de uma tragédia pouco lembrada hoje pela história.

Juntamente à peça, o romance *Benedita Torreão da Sangria Desatada* (1983), de João Felício dos Santos<sup>5</sup>, apresenta, de modo central, as peripécias de Benedita Torreão, escrava da região do Queimado que muito sabia de “curas e raízes”, nas palavras do narrador. Em meio a tantos heróis que passaram para a imortalidade historiográfica do levante, é pertinente dizer que havia uma mulher anônima. A heroína é mencionada num ofício do chefe de polícia que combateu os cativos, que dizia ser “a mulher de um deles”. É desse ponto não esclarecido que nasce Benedita, personagem “carnal”, “amante do incendiário da liberdade” que luta, com os seus, na Insurreição. No prefácio deste livro, Reinaldo Santos Neves expõe o que será possível ver na leitura da obra:

O leitor então verá que este é um romance em duas partes – ou em duas sangrias. Na primeira parte, Benedita dedica-se à tarefa de salvar da escravidão, dessa sombra de vida, as criaturas geradas em úteros escravos, depositando-as, como anjinhos, “no regaço de São Pedro”. É a primeira sangria, a atividade abortarial de Benedita, que se suspende a metades do livro, quando a gorda raizeira se entrega então corp’alma a uma empresa ainda mais ousada: a libertação dos escravos marmanjos, logrados em

---

<sup>5</sup> João Felício dos Santos (1911-1989) foi um escritor carioca nascido na comarca de Mendes, Estado do Rio de Janeiro, em 14 de março de 1911. Sobrinho do historiador mineiro Joaquim Felício dos Santos, de Diamantina, foi jornalista, publicitário e funcionário público federal. Topógrafo de profissão, ingressou no Ministério de Viação e Obras Públicas em 1932. Viajou várias vezes pelo país a serviço do governo e também por conta própria, com o intuito de conhecer a história e os costumes nacionais. Sua estréia na literatura ocorreu em 1934, com o livro de poemas *Palmeira-real*. Em 1956, lançou o infantil *João Bola*. Só depois de ouvir o ponto de vista de personagens comuns sobre importantes capítulos da história nordestina foi que se sentiu apto a escrever livros como *João Abade* (1958), *Major Calabar* (1960), *Ganga Zumba* (1962), *Carlota Joaquina, a rainha devassa* (1968), *Xica da Silva* (1976, sendo a sua obra mais famosa) e *Benedita Torreão da Sangria Desatada* (1983). Faleceu aos 78 nos deixando o seu pertinente intuito de escrever obras literárias partindo da temática histórica, tornando-se assim um célebre autor de romances históricos no país e uma voz singular no que tange às manifestações e propagações das perspectivas dos excluídos sociais.

suas esperanças de alforria. É a segunda sangria do livro – e a trágica. (SANTOS, 1983, p. 16).

E, enfim, no cordel de Teodorico Boa Morte<sup>6</sup>, *Insurreição do Queimado em poesia de cordel* (2011), a obra é disposta em 1036 versos encaixados em 148 estrofes, ocupando 37 páginas do livro. Pela estrutura, esse cordel é ritmado em estrofes de sete versos cada (septilhas), redondilhas maiores e rimas alternadas e emparelhadas. É dedutível, pela leitura, que a obra se subdivide em três partes: a “introdução”, contando os percursos escravagistas no Brasil pré-abolicionista do século XIX; o “meio do conflito”, relatando o âmbito do Queimado e as causas da Insurreição; e o “desfecho trágico”, em que se narram os infelizes destinos dos negros.

Sobre a recepção crítica desses autores, cada um está em um nível diferente: João Felício dos Santos, como autor “nacional” já conta com certa notoriedade no cenário artístico do Brasil. Porém, a fortuna crítica desse autor gira maciçamente em torno de *Xica da Silva*, onde constam, para análise, com base no romance e em dados históricos: um filme (de 1976, dirigido por Cacá Diegues), uma canção (também de 1976, de Jorge Ben, fazendo parte do álbum *África Brasil*) e uma telenovela (1996-1997 na extinta Rede Manchete e reprisada no SBT em 2005, foi escrita por Walcyr Carrasco, sob o pseudônimo Adamo Angel, e dirigida por Walter Avancini) produzidos.

Luiz Guilherme Santos Neves, como autor “local”, tem notoriedade acadêmica (também local) sobre suas obras, assim como é eventualmente requisitado um dos seus livros no vestibular da Ufes, contribuindo para a formação de um jovem público leitor. Dos trabalhos acadêmicos feitos, os estudos críticos contidos no livro *Bravos companheiros e fantasmas 3: estudos críticos sobre o autor capixaba* (2008) já atestam que seus romances são um destaque qualitativo no sistema literário do Espírito Santo. Nessa linha, também há os trabalhos de mestrado, com algumas dissertações defendidas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Ufes: além das já citadas anteriormente, a primeira

---

<sup>6</sup> Teodorico Boa Morte (28/06/1950) nasceu no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo. Sua família residiu posteriormente em Linhares e depois na Serra. Poeta, compositor e folclorista, é membro da Academia de Artes e Letras da Serra, onde ocupa a cadeira número 15, cujo patrono é Manoel Cardoso Castello (músico fundador da banda de música Estrela dos Artistas). Teodorico também é membro do Conselho Cultura da Serra. Participou da organização da peça teatral *Insurreição do Queimado*, em 1986, da coletânea “Poetas Brasileiros”, do mesmo ano, com a poesia *Fatalidade*. Compôs o samba-enredo “Serra de Cabral a Vidigal”, representando a Escola Rosas de Ouro, Carnaval de 2000. Teve participação no XIV Seminário Nacional de Trovas, representando o Clube dos Trovadores Capixabas, em Linhares, e também no XIV Seminário de Neotrovadorismo, ambos em 1994. Publicou “Insurreição do Queimado” em poesia, com duas edições (1999/2000), lançado nos 150 anos de aniversário da Insurreição do Queimado. A obra, no entanto, teve a 1ª edição em 1999 com o título *Insurreição do Queimado em cordel e prosa*; para o artigo usamos a 6ª edição, de 2011.

dissertação defendida neste programa abordou justamente o autor. Trata-se do trabalho da pesquisadora mencionada Maria Thereza Lindenberg Coelho Ceotto, cujo título é *História, carnavalização e neobarroco: leitura do romance contemporâneo produzido no Espírito Santo*, de 1997.

Em se tratando de Teodorico Boa Morte, como autor ainda mais localizado que Luiz Guilherme, não descobrimos nenhum trabalho acerca das suas obras. Por ser, evidentemente, pouco conhecido na academia, ou, até mesmo, conhecido apenas por uma parte das pessoas do seu município (Serra), seus escritos carecem muito de fortuna crítica. Acreditamos até que este seja o primeiro trabalho científico acerca de uma de suas obras.

Pensar acerca da representatividade dos autores no cenário da literatura do Espírito Santo requer antes perguntar: qual a relação entre autores relevantes/importantes e as temáticas apresentadas em suas obras? Em que medida o uso de um episódio da escravidão condiciona uma ascendência no *status* de um autor? Porque Luiz Guilherme Santos Neves, João Felício dos Santos e Teodorico Boa Morte são, ou seriam, no âmbito literário (por mais localizadas que sejam suas obras e por mais específica que seja a crítica), autores de valor ao ficcionalizarem a Insurreição do Queimado? A condição autoral e a preponderância em revisitar um fato marcante na história capixaba interligam essas questões. Ao passo que a reescritura do evento é um ato de humanização, a experiência literária dos três autores funciona como um mecanismo para criar o ato, para dar andamento a um processo laboral de produção de ficção, cuja finalidade é intervir na história.

Ao mesmo tempo, o projeto literário de Luiz Guilherme, João Felício e Teodorico é intencional num ponto: como apresentado nas minibiografias dos três anteriormente, o contato do primeiro com a história serviu como terreno para o que viriam ser seus romances históricos; o segundo, observando a presença da diversidade cultural em suas viagens, transpôs esse olhar para suas obras (que, por isso, também são diversas); já o terceiro autor retirou do folclore o principal elemento de sua ficção, colocando um sabor popular como tempero de seus escritos. Enfim, é válido relacionar esses dois vieses de raciocínio para atestarmos seu encontro nas obras literárias: a autoria absorve a temática pela mesma via em que a temática se materializa na autoria. Isso nos aponta conjugar as escolhas do método literário (a ficcionalização da história) com os assuntos de grande valor humanitário (a escravidão), por exemplo, nos três autores em questão. Nesse processo, ambas as escolhas, em conjunto, dão forma à literatura.

## **A literatura**

Olhar para as obras historiográficas de Francisco Aurelio Ribeiro, Deneval Siqueira de Azevedo Filho e Reinaldo Santos Neves de modo crítico é antes de qualquer coisa recuperar a tradicional história da literatura do Brasil. Esta, de acordo com William Roberto Cereja, em *Ensino de literatura* (2005), nasceu no século XIX, e possuiu dois objetivos: promover o projeto nacionalista romântico e dar fundamento ao ensino e à leitura de jovens brasileiros no ambiente escolar (p. 131). Sobre esse ponto, já nos surge uma questão primordial: em fins do século XX, qual o intuito de se publicar três historiografias literárias sobre o Espírito Santo? É evidente que esses trabalhos não são uma resposta aos objetivos apontados por Cereja. Mas, a quem ou a quê as historiografias respondem?

Como dissemos na introdução, o Espírito Santo sofreu perdas econômicas e sociais ao longo dos últimos trezentos anos. Rodrigo Simão, em *Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos* (2007), mostra que a redução do território por conta da mineração e, posteriormente, a desvalorização do café causaram ao estado uma estratificação política (p. 38-53). Surgiram daí apelidos infelizes como a “capitania que não deu certo”, ou, mais redutor ainda, o “primo pobre do sudeste”, entre outros. Desse descaso irônico por parte de seus vizinhos “ricos”, a cultura capixaba e suas manifestações artísticas também sofreram certa diminuição, fato que só se recuperou na segunda metade do século XX com Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo (p. 100-101).

Como toda cultura de interesse artístico requer fartura material para ser produzida/consumida (no sentido de que “sistemas literários” dependem também de certo investimento humano e financeiro), a falta desta se refletiu até mesmo na literatura do estado, fazendo com que muitos movimentos literários e projetos artísticos, e mesmo a crítica especializada, chegassem aqui com décadas de atraso. Isso faz entender, entre outras coisas, a publicação das historiografias literárias que mencionamos dos autores citados, respectivamente: *A modernidade das letras capixabas* (1993), de Francisco Aurelio Ribeiro, *A literatura brasileira contemporânea do Espírito Santo* (1999), de Deneval Siqueira de Azevedo Filho e *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo* (2000), de Reinaldo Santos Neves. Antes destas pesquisas, porém, somente a *História da literatura espírito-santense* (1912), de Afonso Cláudio, configurou-se por quase 70 anos como única historiografia literária sobre o ES, apesar de não estar tão atrasada assim, se compararmos com os escritos de Silvio Romero (1900) e José Veríssimo (1916), por exemplo.

Outros fatores que podem explicar os textos de Ribeiro, Azevedo Filho e Santos Neves são as influências da historiografia literária brasileira em meados da segunda metade do século XX, período que Otto Maria Carpeaux, Antonio Candido e Alfredo Bosi publicaram respectivamente: *História da literatura ocidental* (1958), *Formação da literatura brasileira* (1959) e *História concisa da literatura brasileira* (1970). Talvez devido à crise da História, a partir da década de 1970, com as críticas de Hayden White, não era mais possível sustentar um trabalho de pesquisa cronológica, com causas e consequências, que abrangesse um grande recorte temporal sem imprecisões, ou um rigor metodológico, no caso da *história da literatura*, sobre tantas obras, sem desvios (CEREJA, 2005: 133). Dos anos de 1990 aos anos 2000, pouco se ouviu falar em *história da literatura* como disciplina ou como uma vertente dos estudos literários que poderia dar explicações acerca dos novos fenômenos na literatura. O caráter descentralizador, a crise da representação e o abrandamento das ideologias no pós-modernismo são alguns fatores que podem ter corroborado para essa hibernação da *história da literatura*: que marcadamente dava foco a um centro de escrita (seja ela canônica ou não), representava evidentemente uma classe (os intelectuais), e era profundamente ideológica, na medida em que coordenava seus discursos a uma relação de ênfase política (HUTCHEON, 1991: 120).

No Espírito Santo, o período de silêncio da historiografia literária no ES durou até 2008, quando Ribeiro publicou o artigo “A literatura do Espírito Santo: de Afonso Cláudio a Renato Pacheco”, em *Bravos companheiros e fantasmas 3: estudos críticos sobre o autor capixaba*. Não é possível afirmar posições de influências diretas ou anacronismos, mas o livro *História da literatura brasileira*, de Carlos Nejar, em 2007, certamente fez reacender e recolocar a *história da literatura* como um ponto ainda inacabado de reflexão dentro dos estudos literários.

Mas do que tratam essas três historiografias? O que elas dizem sobre a “literatura do Espírito Santo” ou “literatura capixaba”? Esses três trabalhos fazem alguma referência à ficcionalização da Insurreição do Queimado? Se não, por quê? Vejamos como essas questões podem ser respondidas.

Em *A modernidade das letras capixabas* (1993), de Francisco Aurélio Ribeiro, podemos observar uma descrição sobre as recentes publicações (à época) dos autores relevantes que constituíram, ou que traçaram um perfil, da produção literária de fim de século no Espírito Santo. Para isso, o autor utiliza como *corpus* parte da *Coleção Letras Capixabas*, que foram obras publicadas nos anos 1980 pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida

(FCAA) para difundir a literatura que aqui se produzia. Na tese, o autor optou por analisar textos de: Luiz Guilherme Santos Neves, Amylton de Almeida, Marcos Tavares, Roberto Almada, Bernadette Lyra, Waldo Motta, Sérgio Blank, Sebastião Lyrio e Francisco Grijó. Além disso, o autor buscou apontar, pela proposta de Linda Hutcheon (1991), questões caras à pós-modernidade, tais como: a ficcionalização da história, a metalinguagem, o papel da mulher, as incursões poéticas, a homossexualidade e o simulacro.

Deneval Siqueira de Azevedo Filho, em *A literatura brasileira contemporânea do Espírito Santo* (1999), deu maior abrangência ao movimento modernista no Espírito Santo. A proposta do trabalho foi pensar a origem da modernidade literária no estado, observando, nesse caso, os eventos que deram contornos e as publicações que foram mais chamativas para delimitar uma historicidade. Para tanto, o pesquisador recupera notícias de arquivos do que foi a “primeira semana de arte moderna” feita no Espírito Santo: trata-se da *I Semana dos Novos*, ocorrida em 1963, resultado do *Manifesto do Clube do Olho*, que tinha como coordenadores um grupo de mesmo nome (*Clube do Olho*). A semana, assim como a histórica *Semana de Arte Moderna*, de 1922, impulsionou autores que despontaram na literatura do estado. Dividindo então sua tese entre *ficção* e *poesia*, Azevedo Filho expôs que, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 muitos nomes se fixaram como relevantes na literatura produzida no ES, os primeiros são: Reinaldo Santos Neves, Luiz Guilherme Santos Neves, Neida Lúcia de Moraes, José Augusto Carvalho e Bernadette Lyra; e os segundos: Waldo Motta, Miguel Marvila, Reinaldo Santos Neves, Elisa Lucinda e Paulo Roberto Sodré.

Reinaldo Santos Neves, através de um exercício de maior fôlego historiográfico, recuou até o período colonial para discorrer sobre a *história da literatura* do estado. Em seu *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo* (2000), podemos ver um extenso panorama sobre o que foi produzido em quinhentos anos, incluindo até as perspectivas das escolas literárias que, pelos autores e pelas obras, apresentava as manifestações estéticas, os estilos de época e, conseqüentemente, os cânones literários. Partindo da bibliografia já existente (a obra historiográfico-literária de Afonso Cláudio, textos de José Augusto Carvalho e Oscar Gama Filho), Santos Neves divide seu trabalho em cinco partes: *Primeira parte: Do século XVI ao Poema Mariano*; *Segunda parte: O século XIX*; *Terceira parte: De 1901 a 1950*; *Quarta parte: De 1951 a 1978* e a *Quinta parte: A modernidade*.

O período histórico a que estamos desses três trabalhos nos permite apontar seus aspectos teórico-metodológicos. Quero dar foco, assim, a dois pontos: 1) o uso dos termos “literatura do Espírito Santo”, “literatura no Espírito Santo” e “literatura capixaba”, e,

recorrentemente/consequentemente, 2) o “bairrismo literário”. O primeiro ponto diz respeito a terminologias já gastas, tanto por serem usadas, quanto por serem discriminadas. Considerando o peso sociológico do nome “Espírito Santo”, os termos preposicionados (do/no) indicam uma demarcação política de manifestação literária, ao passo que o adjetivo “capixaba” pressupõe um aspecto cultural ao que se constrói literariamente.

Ribeiro, propondo uma análise estético-ideológica, parece ter colocado o “capixabas” como título de sua tese como forma de aproximação da *Coleção Letras capixabas*, que, obviamente, era o *corpus* de suas análises. Mais evidente é quando lemos sua pesquisa e detectamos que ela contém um peculiar estudo teórico-crítico que explora lateralmente, porém, a sua relevância cultural. Azevedo Filho e Santos Neves, ao contrário, bebem da mesma fonte: a pressuposição de que “capixaba” demarcaria uma essencialidade ou localidade da “estética literária espírito-santense” em detrimento das estéticas do resto do país, dando a entender que o uso consciente do termo deveria ser evitado quando se tratar de produções artísticas. Por outro lado, essa escolha se mostra curiosa quando Azevedo Filho discorre sobre as tradições e os rompimentos (questões culturais), no primeiro capítulo de sua tese, dos agentes que promoveram a *I Semana dos Novos*. Ou quando Santos Neves afirma, na introdução de seu texto, que tomará como referência no *Mapa* (ênfatizando a “brasilidade” da literatura no Espírito Santo) autores que *nasceram, viveram*, ou que fizeram seus textos partindo *d aqui*.

A questão do “bairrismo literário” se resume exatamente nesse ponto conflituoso de nomenclatura: qualquer termo que se use ou que se descarte (literatura *do Espírito Santo*, literatura *no Espírito Santo* ou literatura *capixaba*) não desqualifica ou essencializa uma territorialidade, seja ela política ou cultural, porque já não é possível, em nossa época, dar limites e contornos claros do que seja o tal “território”. Além disso, a leitura desses trabalhos se torna mais indiscriminado se considerarmos que não existem mais leitores ingênuos como no século XIX, onde o *status* socioeconômico do autor e sua localização determinavam a importância e o valor da obra.

Outro ponto de discussão que faço entre as três pesquisas é o das literaturas sobre a Insurreição do Queimado. Não se pode cobrar, evidentemente, que as duas primeiras historiografias discorram sobre *O templo e a força* (1999), sabendo que o romance é posterior a elas. No entanto, todas as três citam Luiz Guilherme Santos Neves como um profícuo produtor literário no estado, o que auxilia na análise que fizemos anteriormente da obra.

Francisco Aurelio Ribeiro, para exemplificar o processo de ficcionalização da história na pós-modernidade, toma como foco o romance histórico *A nau decapitada* (1982), e reflete sobre o discurso literário que remodela o discurso histórico, restabelecendo suas fronteiras com o recurso da paródia. Deneval Siqueira de Azevedo Filho, de outro modo, apresenta mais afinidade com a autoria e aborda o trabalho anterior à *A nau decapitada* (também objeto de sua análise): classifica como obra de estreia a peça *Queimados* (1977), de Luiz Guilherme. Já Reinaldo Santos Neves, como esperado, abrange melhor o *corpus* literário do irmão: logo no início do tópico sobre a prosa de ficção dos anos 1980, o crítico diz que a peça *Queimados* foi inspirada na insurreição ocorrida em 1849 na localidade de Queimado, na Serra, e, mais a frente, diz que *O templo e a força* é a versão em romance deste episódio.

Apesar das menções honrosas ao autor e aos trabalhos, nenhuma das três pesquisas trata/cita *Benedita Torreão da Sangria Desatada* (1983), ou de João Felício dos Santos (o próprio Reinaldo Santos Neves foi prefaciador de seu livro); se observarmos também a primeira edição de *Insurreição do Queimado em poesia de cordel* ([1999] – 2011), o mesmo pesquisador poderia ter tido acesso ao escrito de Teodorico Boa Morte. Porém, não cabe aqui exigirmos uma maior abrangência ou revisão metodológica dos trabalhos dos autores citados. Mas é de se reparar que a ausência também diz muito acerca de uma pesquisa já tão abrangente. A parca menção e a quase omissão da revolta do Queimado nas obras historiográficas contribuem para reforçar a antiga imagem da história da literatura: a de colocar o cânone literário em pontos de autorreferência, ou de prestígio (acadêmico, social, etc.), sempre dando importância a seus pares, ao contrário de desenvolver perspectivas que refutam qualquer forma de marginalização. Talvez leve mais algum tempo para a história da literatura se desvencilhar dessas amarras.

Antoine Compagnon, no sexto capítulo de seu incisivo livro *O demônio da teoria* (2010), critica e nos lembra, enfim, que a história da literatura, apesar da comparação estritamente diacrônica que insere as obras (p. 195), apesar de ter sofrido com a crise da História (p. 204), apesar de se disfarçar de filologia (p. 214), ela nos proporciona o contato mais elementar entre *texto* e *contexto*, ela nos projeta por colocar em cena uma arte do passado e do presente a uma mudança ideológica do mundo e ela nos faz gravitar numa desilusão, mas que isso não seja motivo para desistirmos de lê-la (p. 223).

## Considerações finais

Ler *O templo e a força*, portanto, nos permitiu traçar percursos por diversos vieses. Três foram tomados aqui como análise: a construção interna da obra, a(s) autoria(s) que nela se manifesta(m) e a literatura que, apesar de “citar” o livro a história do Queimado a contragosto, resgata uma estética tanto política quanto cultural. Percebemos, assim, que a fertilidade discursiva que permeia as três instâncias do sistema literário são modos de se apresentar o específico da literatura: um romance localizado e o seu macro: a instituição literária corporificada ao longo dos anos como uma tradição e um cânone.

Muitos caminhos, então, se desdobram por conta das inscrições que aqui se podem ver. A inesgotabilidade semântica da arte nos fascina por isso: retira de um dado esquecido da história todo e qualquer conformismo diante do mundo.

## Referências

ACADEMIA Espírito-santense de Letras. *Sesquicentenário do nascimento de Afonso Cláudio (1859-2009)*. ed. esp. Vitória: Editora Formar, 2009.

ASSIS, Francisco Eujenio de. *Levante dos escravos no distrito de S. Jose do Queimado*. Serra: [s.n.], 1948.

AZEVEDO FILHO, Devenal Siqueira de. *A literatura brasileira contemporânea do Espírito Santo*. 1999. 524 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Letras, Campinas, SP.

BARROS, Cláudia Fachetti. *O romance histórico contemporâneo no Espírito Santo: a poética de Luiz Guilherme Santos Neves – uma apropriação da contextualidade histórica no texto literário*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BOA MORTE, Teodorico. *Insurreição do Queimado em poesia de cordel*. 6. ed. Vitória: Grafita, 2011.

CARDOSO, Lavínia Coutinho. *Revolta negra na freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845-1850)*. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo.

CEREJA, William Roberto. *Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*. São Paulo: Atual, 2005.

CEOTTO, Maria Thereza Lindenberg Coelho. *História, carnavalização e neobarroco: leitura do romance contemporâneo produzido no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1999.

CEOTTO, Maria Thereza Coelho Lindenberg. História e poesia em *O templo e a força*, de Luiz Guilherme Santos Neves. In: MACHADO, Lino *et al* (Org.). *Bravos companheiros e fantasmas 3: estudo críticos sobre o autor capixaba*. Vitória: PPGL/MEL, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados* [online]. 1991, vol. 5, n. 11, p. 173-191. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 20 de março 2014.

CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo*. Vitória: FCAA, 1979.

COMPAGNON, Antoine. Capítulo VI: A história. In: \_\_\_\_\_. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Mourão e Consuelo Santiago. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 195-224.

DALVI, Maria Amélia; SEUFETELLI, Márcia Barroso. Uma leitura de *O templo e a força*, de Luiz Guilherme Santos Neves: discursividade, persuasão, ironia e polifonia. *Raído*. Dourados, MS, n. 7, v. 4, p. 125-138. jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/527/526>>. Acesso em: 20 de março de 2014.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História. Teoria. Ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *O templo e a força*. Vitória: IHGES, 1999.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Queimados: documento cênico*. Vitória: [s. n.], 1977.

SANTOS NEVES, Reinaldo. Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo. *Estação capixaba*. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/mapa-da-literatura-brasileira-feita-no-espírito-santo/>>. Acesso em: 20 de março de 2014.

RESENDE, Wilson Lopes de. *A insurreição de 1849 na província do Espírito Santo*. Cachoeiro de Itapemirim, 1949.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *A modernidade das letras capixabas*. Vitória, ES: UFES; FCAA, 1993.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *A literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica*. Vitória: Nemar, 1996.

SANTOS, João Felício dos. *Benedita Torreão da sangria desatada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SIMÃO, Rodrigo. *Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos*. Vitória: Porto das Letras, 2007.

TRAGINO, Arnon. Diálogo histórico-ficcional: *O templo e a força* e a *Insurreição do Queimado*. In: AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de; SANTOS NEVES, Reinaldo; SALGUEIRO, Wilberth. (Orgs.). *Bravos companheiros e fantasmas 4: estudos sobre o autor capixaba*. Vitória: Edufes/PPGL, 2011, p. 34-37.

TRAGINO, Arnon. A ficção e a história em *O templo e a força* – Romance de Luiz Guilherme Santos Neves. In: RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich; PADILHA, Fabíola; LEITE, Leni Ribeiro. (Orgs.). *Que autor sou eu? Deslocamentos, experiências, fronteiras*. Vitória: PPGL, 2012, v. 2, p. 446-457.

ZON, Isabela Basílio de Souza. *O templo e a força: uma insurreição imaginada a partir da história*. 2011. 253 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.